

SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

ACTA N.º 6/2018
(CONTÉM 32 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 10 de setembro de 2018, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
 - 1.1. Moção - Sobre a inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) da conectividade interna e externa de Bragança - Assembleia Municipal de Bragança;
 - 1.2. Tomada de posição sobre a conectividade interna e externa de Bragança - Programa Nacional de Investimento 2030 (PNI) - Câmara Municipal de Bragança;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 29 de junho, e a 03 de setembro de 2018;
4. Aprovação da alteração ao Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro - Nota técnica da discussão pública;
5. Emissão de declaração de reconhecimento do interesse do empreendimento - Centro de valorização e melhoramento das raças autóctones;
6. Tomada de conhecimento do relatório de auditoria e acompanhamento a 30 de junho de 2018;
7. Tomada de conhecimento do relatório de acompanhamento da execução do PAF referente ao 1.º semestre de 2018 no âmbito do plano de saneamento financeiro - Programa de apoio à economia local;
8. Aprovação do imposto municipal sobre imóveis, a liquidar em 2019;
9. Aprovação da derrama, para vigorar em 2018;

A
G

10. Aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2019;

11. Participação variável no IRS para o ano 2019;

12. Aprovação da 17.^a modificação ao orçamento de 2018, que incorpora a 2.^a revisão ao orçamento da receita, a 2.^a revisão ao orçamento da despesa, a 2.^a revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a 2.^a revisão ao plano de atividades municipais;

13. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, e Manuel Guerra Gonçalves. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Augusto Castro Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo; Marisa Pardal Lavrador, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento M. C. Firmino, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos E. Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, António Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Orlando Seixas Vaqueiro, Silvino F. Preto da Silva, e Adérito dos Santos Martins.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão, e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta minutos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos cumprimentando todos os que se encontravam presentes, e sequencialmente passou a dar posse à deputada Aida Sofia Ribeiro da Silva, eleita pela lista de

coligação PPD-PSD - CDS/PP, em substituição da deputada Helena Maria Silva Ventura Barril. -----

1. INFORMAÇÕES -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da correspondência que foi remetida a esta Assembleia Municipal. -----

1.1. MOÇÃO – SOBRE A INCLUSÃO NO PLANO NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) DA CONETIVIDADE INTERNA E EXTERNA DE BRAGANÇA – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. -----

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal o teor da moção supramencionada, remetida a este órgão autárquico pela Assembleia Municipal de Bragança. -----

1.2. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A CONETIVIDADE INTERNA E EXTERNA DE BRAGANÇA – PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO 2030 (PNI) – CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. -----

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal o teor da carta enviada pela Câmara Municipal de Bragança a esta Assembleia Municipal, concernente à tomada de posição sobre a conetividade interna e externa de bragança, em relação ao programa nacional de investimento 2030 (PNI). -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia intervir neste ponto das informações, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** perguntou se já tinha sido disponibilizada a informação por ele solicitada na sessão de 29 de junho do corrente ano a respeito das receitas recebidas pela Câmara Municipal, concretamente, o que concerne à transferência anual para as Juntas de Freguesia no último ano de mandato do Eng.º Manuel Rodrigo Martins, bem como, ao FEF, ao IMI, às transferências da EDP para a Câmara e outras receitas significativas do mesmo ano, e, a transferência anual para as Juntas de Freguesia do último ano de mandato do Dr. Artur Nunes, bem como, do FEF, do IMI, das transferências da EDP e outras receitas significativas no último ano do mandato do atual Executivo Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, a informação solicitada na sessão de 29 de junho já tinha sido disponibilizada e que se lhe faria chegar a mesma o mais rapidamente possível. -----

Em seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar algumas informações. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e de seguida informou que, neste momento estão a decorrer diversos processos relacionados com o Plano Nacional de Investimentos, dos quais surgirão documentos de interesse estratégico de futuro, diplomas setoriais, nomeadamente, o Plano Nacional de Investimentos para 2030, no que constará o investimento futuro para o interior e Norte de Portugal. -----

Fez alusão à descentralização de competências e à transferência de competências para as autarquias locais. Informou, a respeito desta questão que, foi manifestado interesse em ouvir as Assembleias Municipais a respeito da descentralização de competências, e que, inclusivamente a Associação Nacional de Municípios se pronunciou a respeito desta temática. -----

Transmitiu que, dos diplomas setoriais previstos apenas foi apresentado o diploma concernente à Proteção Civil, dizendo que ainda não está concluído e que até ao final do mês de outubro se conhecerá a reorganização levada a cabo neste âmbito, nomeadamente, o que respeita ao CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro e aos Bombeiros. -----

Quanto aos demais diplomas setoriais, disse que, esta autarquia se deverá pronunciar a respeito, manifestando a aceitação ou não dos mesmos. ----

Fez alusão à alteração da lei das finanças locais, dizendo que, haverá um reforço de verba nas transferências para as Câmaras Municipais que rondará os quinhentos mil euros, independentemente da descentralização se concretizar ou não. Informou que, o diploma legal integra algumas reivindicações feitas pela Associação Nacional de Municípios, que vieram salvaguardar os órgãos autárquicos, e a nível financeiro veio responsabilizar todos inclusive os técnicos envolvidos na distribuição financeira. -----

GA

A respeito da questão da distribuição de energia em média e baixa tensão, disse que, não concordaram com os mapas apresentados, verificando-se o encarecimento do custo da energia para a zona norte do país, não respeitando o que está previsto para as NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), com exceção da zona metropolitana do Porto. Na zona centro do país a energia é fornecida a preços mais baixos que no norte, que produz 44% da energia hidroelétrica do país. Elucidou que, o contrato de fornecimento de energia que for assinado agora, terá a duração de vinte anos e que tem que ser muito bem estudado e estruturado. -----

Quanto ao Plano Nacional de Investimentos (PNI) informou que, não está previsto nenhum investimento para o Norte do País até 2030, exceto o encerramento dos procedimentos que estão por terminar, e a abertura de uma linha ferroviária entre Aveiro, Vilar Formoso e Salamanca. -----

Relativamente à rodovia expôs que, foi reivindicada por proposta das Assembleia Municipais uma rodovia de ligação entre Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Medina, assim como, a ligação de Bragança a Puebla de Sanábria até às Rias Baixas. Bem como, uma ligação da ponte de Carção a Vimioso, e outra entre Bragança e Vinhais. -----

Referiu que, com certeza, haverá a possibilidade de propor o término da via do IC5 até Miranda do Douro e a sua ligação a Espanha, não se sabe é se e quando será concluída. Ainda a respeito do IC5 disse que, existe a preocupação da cassação da concessão do IC5, que o governo está tentado a levar isso avante, pondo em risco a manutenção e vigilância dessa via. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, Jorge Jacoto Lourenço, Abílio Pires Barril, José Francisco Gonçalves Ribeiro. -----

O **Deputado António Carção** cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e prosseguiu dizendo que tinha algumas considerações a fazer a respeito das informações trazidas a esta sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

Em relação à descentralização, disse que, deve ser bem ponderado o que se pretende fazer, pois, quando as medidas forem tomadas serão definitivas, em sua opinião, é importante que o pacote financeiro seja proporcional às competências atribuídas no âmbito da descentralização de competências. -----

Considera que, convém saber quais são as competências que vão ser recebidas pela autarquia e qual o dispêndio financeiro que a autarquia vai ter que suportar com a gestão de tais competências para poder reivindicar. -----

É sua opinião que a Assembleia Municipal estará disponível para colaborar sempre que seja necessário e apoiar iniciativas, e que pessoalmente não se satisfará com discursos redondos e vagos. -----

Avalia que, neste momento é necessário haver rigor porque se trata de um momento vital para este Concelho, dizendo que, para bem deste Concelho tem que ser feita uma análise pormenorizada a fim de saber quais os setores que passarão a ser geridos pela autarquia de modo a ter noção do plafom de que necessitará para gerir esses setores. -----

Desafiou o Executivo Municipal e os técnicos que trabalham na Câmara Municipal, apelando para que comecem desde já a trabalhar no sentido de evitar surpresas futuras depois de concretizado o processo da transferência de competências. -----

Quanto à alteração da lei das finanças locais, referiu que, a Câmara Municipal terá ao seu dispor à volta de quinhentos mil euros a mais, em relação aos anos transatos, e assim sendo, apelou ao Presidente da Câmara Municipal para que atribua às Juntas de Freguesia uma percentagem justa aquando da transferência de verbas para aquelas. -----

Relativamente ao PNI - Plano Nacional de Investimento, aludiu que, segundo palavras do Presidente da Câmara Municipal não haverá investimento e a seguir elencou uma série de investimento e posteriormente o Presidente da Câmara Municipal, disse que o documento setorial neste âmbito ainda não está fechado, cabendo aguardar esperançosamente havendo ainda a possibilidade deste Concelho vir a ser contemplado com alguns investimentos, lembrando que, para este Concelho o IC5 é fundamental. -----

CF
A

Relembrou que, na sessão realizada em junho do ano em curso sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal que executasse algo importante para o nosso concelho, uma obra carismática da sua passagem por este concelho como autarca. Afigurou-se-lhe que o Presidente da Câmara Municipal terá ficado ligeiramente incomodado com a sugestão, assim como, alguns membros da Assembleia Municipal, tendo o Presidente da Câmara Municipal remetido para o programa eleitoral apresentado pelo PS aquando das últimas eleições. Explicou que, não se tratou de uma crítica apenas de uma sugestão. -----

Tendo o Presidente da Câmara Municipal remetido para o programa eleitoral, disse que, fez muito bem e que trará o dito programa a todas as sessões desta Assembleia Municipal, e que estando a um mês do início do ano letivo lhe colocaria algumas questões a respeito de propostas que constam no referido programa eleitoral em relação à educação. -----

Perguntou em que situação se encontra a requalificação da escola básica e secundária de Miranda do Douro, e a atribuição de bolsas de estudo a estudantes, deste Concelho, que frequentam o ensino superior. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, disse que tinha constatado que o seu adjunto tinha sido exonerado das funções que desempenhava e pelo facto concluiu que esse posto de trabalho não seria necessário, razão pela qual lhe parece que terá sido extinto. -----

Afirmou que, este terá sido o Executivo Municipal que mais caro ficou ao Município devido aos cargos políticos criados. -----

Continuou dizendo que, passado algum tempo foi aberto o cargo de Secretário da Vereação, tendo a mesma pessoa assumido novamente funções. --

Considera que, esta situação até poderá ser legal, mas em sua opinião é imoral. -----

Aludiu que, os encargos com os vencimentos de um ano pagos para esse cargo rondarão os trinta mil euros, e que, essa quantia poderia ser distribuída pelas juntas de freguesia deste Concelho, ficando todos a lucrar. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço cumprimentou todos os membros presentes e prosseguiu colocando algumas questões. -----

Relativamente à Lei 50/2018, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, no que toca às juntas de freguesia, disse que, a Câmara Municipal de alguma forma foi visionária, considerando o que já está a fazer em relação à limpeza dos espaços. -----

Prosseguindo, disse que, espera que os valores transferidos para as juntas de freguesia não venham a ser deduzidos em posteriores transferências de modo a não serem penalizadas. -----

Manifestou a sua preocupação em relação que consta no artigo 38, que concerne à transferência de competências para as juntas de freguesia, nomeadamente ao nível dos licenciamentos. Alertou para o facto de algumas Juntas de Freguesia não terem recursos humanos, nem meios, para prestar esses serviços e apelou à Câmara Municipal para que sejam criadas condições que permitam garantir a prestação desses mesmos. -----

Sugeriu que, seja criada uma plataforma entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de forma a que a verba dos licenciamentos efetuados em cada uma das freguesias seja revertida a favor de cada uma delas. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, disse que, na primeira sessão realizada por esta Assembleia Municipal no ano a decorrer lhe terá colocado uma questão relacionada com o protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios e as Câmaras Municipais, relativamente aos apoios dados pela EDP nos concelhos com barragens. Perguntou qual é o ponto da situação e quando haverá algum avanço nesse âmbito, e se existe alguma proposta prevista para executar, sendo que, tinha sugerido ao Presidente da Câmara Municipal a execução de duas obras para a freguesia que representa. ---

Relativamente ao IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas), expôs que, na freguesia que representa tem algumas pessoas interessadas em aderir a esse programa de reabilitação habitacional. ---

Perguntou se haverá a possibilidade de criar ou propor uma ARU para a localidade de Picote, uma vez que na primeira fase foram apenas contempladas, Miranda do Douro, Sendim e Palaçoulo. -----

CA
A

Para terminar, transmitiu que, estiveram abertas candidaturas pela CORANE para a reabilitação de aldeias. Manifestou o seu desagrado relativamente ao facto de não ter sido emitida declaração de interesse municipal pela Câmara Municipal a fim serem apresentadas candidaturas, tendo sido impossibilitadas as juntas de freguesia de apresentar as suas candidaturas. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Abílio Pires Barril cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida deu continuidade à sua intervenção dizendo que lamenta que as piscinas descobertas municipais não se encontrem em funcionamento. -----

Considera lastimável que, os turistas que visitam Miranda do Douro tenham que se deslocar para outras localidades, dentro e fora deste concelho, e até para Espanha para usufruírem de banhos de piscina, devido ao facto das piscinas em Miranda do Douro estarem encerradas. -----

Referiu que, o Presidente da Câmara Municipal anunciou aquando da inauguração da Feira FAMIDOURO, que decorreu em agosto passado, que os trabalhos na E.N. 218 dirigindo-se para a barragem de Miranda do Douro se iniciariam ainda naquele mês e afinal à presente data os trabalhos ainda não arrancaram. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara municipal porque motivo pararam os trabalhos do antigo paço episcopal, reforçando que as pessoas se interrogam a respeito dessa situação não compreendendo porque isso aconteceu. -----

Manifestou a sua preocupação relativamente ao estado de conservação de muitas das casas existentes na Rua da Costanilha, em Miranda do Douro, que estão em perigo de ruir podendo daí advir prejuízos e incidentes graves. -----

Expôs que, quando a motoniveladora da Câmara avariou que estava a executar trabalhos em Miranda do Douro e que depois de ter sido arranjada não acabaram de ser feitos os trabalhos nesta freguesia, o que considera injusto e incorreto. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim/Cicouro**, José Francisco Gonçalves Ribeiro, cumprimentou todos os que se encontravam

presentes e congratulou-se pela integração da Dr.^a Aida Ribeiro da Silva nesta Assembleia Municipal. -----

Agradeceu à Câmara Municipal a prontidão com que mandaram colocar as placas de sinalização de Constantim e Cicouro, e também pelo arranjo da Rua da Reboleira. -----

Relativamente ao abastecimento de água procedente das captações de água, perguntou ao Executivo Municipal, o que pode ser feito, em colaboração com a Câmara Municipal, em relação a essa questão, no abastecimento de água às localidades de Constantim e Cicouro, uma vez que, e segundo lhe consta, essa água vai ter que ser paga pelos consumidores. -----

○ O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Iniciou dizendo que, talvez não tenha sido compreendida a questão da descentralização, explicando que, este processo é composto por um pacote, tendo alguns autarcas feito referência aos valores atribuídos para despesas com a educação, nomeadamente os presidentes das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, assim como, ele mesmo. Disse que, aquando da reunião realizada com a Associação Nacional de Municípios, manifestou a sua discordância em relação aos valores transferidos para fazer face às despesas inerentes a cada escola secundária. Pois, têm vindo a verificar-se cortes nas verbas atribuídas aos municípios para fazer face às despesas inerentes às escolas secundárias. Nesse sentido, não pode ser feito um cálculo em função dos últimos três anos, havendo necessidade de recuar mais uns anos, porque os valores desceram drasticamente nos últimos três anos. E que, a discórdia se deve ao facto de os valores transferidos não são iguais aos que a Associação Nacional de Municípios forneceu, valores esses que o Governo não está disposto a negociar. Relativamente a esta questão, terminou dizendo que, os valores não são reais e que se está a trabalhar para que se possa fornecer dados relativos às receitas e despesas no âmbito da descentralização. -----

Quanto à saúde, explicou que, a competência não vai ser transferida para a CIM-TTM porque temos uma Unidade Regional de Saúde (URS) para todo o distrito de Bragança, e eles farão a gestão nessa matéria. -----

CA

Transmitiu que, quando haja um estudo bem feito a respeito das despesas e das receitas no âmbito da transferência de competências aí será trazido à Assembleia Municipal essa informação e com consistência avançar com o que se deve e não deve fazer, procedendo a um planeamento futuro na reorganização a aceitação ou não dos diferentes diplomas setoriais que estão para sair. -----

Relativamente às transferências para as juntas de freguesias, disse que, só depois de conhecer o orçamento de Estado é que se saberá o que se pode transferir para as referidas, mediante o orçamento da Câmara Municipal. -----

Referiu que, os diplomas setoriais estão a ser elaborados existindo, neste momento, apenas propostas e que ainda não se sabe em concreto o que constará nos mesmos. -----

No que toca ao Plano Nacional de Investimento esclareceu que, a proposta foi apresentada pelo governo através de um documento que foi publicado e ainda se encontra em discussão e sob consulta pública, encerrando essa discussão a trinta de setembro corrente. -----

A grande questão é saber se o governo está disposto a ouvir as propostas apresentadas, para o norte, pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, Comunidade Intermunicipal, área metropolitana do Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, assim como, as diferentes associações empresariais, propostas diversificadas, sendo da inteira responsabilidade do Governo a decisão de as fazer constar, ou não, essas propostas apresentadas no Plano Nacional de Investimento. Destacou que, o importante é que conste nesse documento, a ligação do IC5 até Miranda do Douro dando ligação a Espanha. -----

No que respeita à educação, informou que existe um projeto que será brevemente apresentado, denominado PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, um projeto de grande investimento na área da educação para este concelho, que inclui a Língua Mirandesa, Ciência, a instalação de laboratórios. Informou que, vão ser feitas algumas iniciativas de apresentação desse programa, e convidou os membros desta Assembleia

Municipal a estarem presentes na apresentação a fim de tirarem dúvidas e solicitarem esclarecimentos a respeito do referido. -----

No que concerne à contratação de pessoal para dar apoio ao Executivo Municipal, informou que, a lei prevê para este município, devido ao número de eleitores existente neste concelho, que se contratem apenas duas pessoas para dar apoio ao Executivo Municipal, nomeadamente, um secretário, um chefe de gabinete, ou um adjunto. Transmitiu que, essa informação lá se encontra plasmada na ata de tomada de posse do Executivo Municipal, publicada no site da Câmara Municipal. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote respondeu que, no que respeita à descentralização primeiro terá que ser publicado o orçamento de Estado e em função do que nele constar serão tomadas as decisões que o Executivo Municipal considerar que deve tomar politicamente. -----

Transmitiu que, foi tomado em conta o caso das pequenas juntas de freguesia relativamente à logística que têm para fazer ao serviço inerente às transferências para as autarquias locais, e que, nesses casos será disponibilizada uma carrinha pela CIM-TTM que vai percorrer todas as freguesias para prestar serviços de apoio aos munícipes. -----

Explicou que, a descentralização dos serviços depende do acordo a celebrar entre a AMA - Agência para a Modernização Administrativa e as Câmaras Municipais, e posteriormente, entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, não existindo ainda nenhuma informação concreta e definitiva a respeito desta questão. -----

Quanto aos apoios concedidos pela EDP, referiu que reuniu recentemente com o conselho de administração da referida empresa e que brevemente haverá notícias a respeito dessa matéria. -----

No que respeita ao IFRRU respondeu que, em primeiro lugar será avaliado o estado das ARUS, nomeadamente, Palaçoulo, Sendim e Miranda do Douro de modo a apurar se os munícipes recorreram ao programa, ou não, para depois decidir se devem ter continuidade, e posteriormente incluir outras localidades. -

CA

Relativamente às candidaturas abertas pela CORANE, disse que, essa entidade tem órgãos próprios e toma as suas próprias decisões, nada tendo a ver com decisões de índole política. -----

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro relativamente às piscinas municipais, disse que, foi aberto concurso para a execução das obras a realizar nas mesmas, mas que, não foram apresentadas propostas viáveis pelos concorrentes, tendo sido, posteriormente, feito o reajustamento do projeto devido ao facto dos valores nele apresentados serem desajustados. -----

Quanto à E.N. 218 disse que, tem estado a pressionar todas as semanas as Infraestruturas de Portugal, e que a informação que lhe chegou dessa entidade é que ainda este mês dariam início aos trabalhos de recuperação da referida via. -----

Referiu, relativamente à obra do Paço Episcopal, que reuniu para esclarecer o atraso da obra e que apurou haver problemas técnicos em relação a umas janelas de grandes dimensões existentes no local, e que ainda no corrente mês de setembro iriam, segundo a Direção Regional da Cultura do Norte, ser retomados os trabalhos. -----

Quanto à Rua da Costanilha, explicou que, está a ser levado a cabo um procedimento de posse administrativa para intervir naquela zona, antes do inverno, de modo a evitar o derrube de edifícios em perigo de ruir. -----

Relativamente ao mapa de redistribuição da motoniveladora referiu que o Vereador Ilídio Rodrigues explicará a questão uma vez que foi ele que elaborou o mapa mencionado. -----

Em resposta ao Presidente da União de freguesias de Constantim/Cicouro, quanto à reutilização da água procedente das captações, respondeu que, terá toda a disponibilidade para falar com ele a respeito deste assunto, à semelhança do que aconteceu com outros Presidentes de Junta, e nesse sentido disse que quando o autarca pretender que convoque uma reunião para tratarem desse assunto. -----

CA

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues para esclarecer a questão colocada a respeito do mapa de distribuição da motoniveladora. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, disse que, quando a motoniveladora avariou não era apenas na freguesia de Miranda do Douro que faltava fazer trabalhos, tendo acontecido o mesmo em outras freguesias. -----

Relembrou que, a freguesia de Miranda do Douro nunca foi prejudicada, nesse sentido, na medida em que o arranjo do caminho que liga Vale de Águia a Miranda do Douro não está previsto no mapa dos trabalhos a executar com a motoniveladora e no entanto tem sido feito. -----

Acrescentou que, no caso de um Presidente de Junta considerar que existe um caminho que tem relevância para a sua localidade, a motoniveladora será colocada à disposição para fazê-lo, depois de terminado o plano de trabalhos previsto. -----

Explicou que, com o orçamento de Estado para 2018 surgiu um problema, devido ao facto de ter sido reduzido o montante dos limites máximos da despesa que se podem fazer com a mesma empresa, que passou de 75.000 para 20.000 euros. Tendo sido o que aconteceu com a oficina mecânica onde a máquina giratória está a ser reparada. -----

Relativamente à descentralização de competências para as autarquias locais e à delegação de competências para as juntas de freguesia, disse que, se verificou um salto qualitativo e que se pode ir um pouco mais além. -----

Apelou aos autarcas das Juntas de Freguesia deste Concelho para que utilizem o dinheiro que lhes foi transferido pela Câmara Municipal para procederem à limpeza dos espaços verdes e ajardinados. -----

No seguimento do pedido feito pelo Deputado António Carção relativamente às transferências de verbas para a Câmara Municipal, disse que talvez fosse interessante que se apresentasse informação concernente aos montantes transferidos pela Câmara Municipal no âmbito da celebração de protocolos com as juntas de freguesia, nos anos compreendidos entre 1998 e 2009, e de 2009 a 2017. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** propôs ao Vereador Ilídio Rodrigues que, se assim entendesse, providenciasse no sentido de obter a documentação por ele referida. -----

De seguida perguntou se mais alguém pretendia intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril, e o Deputado António Carção. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Abílio Barril, referiu, em relação ao caminho que vai de Miranda do Douro a Vale de Águia, que não tinha compreendido bem qual foi o serviço aí efetuado. -----

O Vereador Ilídio Rodrigues respondeu que, o que tinha transmitido foi que o caminho referido tinha sido várias vezes intervencionado, e que, essas intervenções não tinham sido previstas no mapa dos trabalhos a executar pela motoniveladora. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Abílio Barril, disse que, o problema é o saibro, e que, não demora muito que se ande com as máquinas em cima de fragas. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, disse que, a Câmara Municipal deveria ter emitido as declarações necessárias para a apresentação de candidaturas à CORANE permitindo, assim, que as juntas de freguesia submetessem as suas candidaturas aquela entidade, os seus órgãos decidiriam em sede de análise o mérito das mesmas. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, disse que, se pretende que a Câmara Municipal emita alguma declaração que o solicite por escrito. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, em relação à transferência de competências para as autarquias locais, teria gostado que o Presidente da Câmara Municipal elencasse quais são as áreas que vão ser transferidas para os municípios e quais serão as áreas que transitarão para as juntas de freguesia. --

Quanto às transferências para as juntas de freguesia, pediu que a Câmara Municipal seja mais generosa. -----

Relativamente à educação, disse que, o Presidente da Câmara não deu resposta ao que foi solicitado e por tal motivo voltava a colocar as questões. ----

Perguntou, em que situação se encontra a questão da reconstrução da escola básica e secundária de Miranda do Douro. Assim como, a questão da atribuição de bolsas de estudo aos estudantes universitários. -----

Quanto à justificação dada relativamente à nomeação do chefe de gabinete da vereação, considera que, não foi claro, e que vai estar atento à situação. -----

Propôs e pediu ao Presidente da Assembleia Municipal que tome a iniciativa de fazer uma concentração dos membros desta Assembleia Municipal em contestação pela falta de assunção de compromisso por parte das Infraestruturas de Portugal no que respeita ao arranjo da Estrada Nacional 218, indo em direção à barragem, convocando os meios de comunicação social. -----

Quanto ao que o Vereador Ilídio Rodrigues propôs, relativamente ao pedido de informação a respeito das transferências para as juntas de freguesia, parece-lhe muito bem, no entanto, considera que também deve ser dado conhecimento das transferências de capital para as juntas de freguesia nos anos em que foram celebrados os respetivos protocolos com as mesmas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu relativamente à obra da escola secundária de Miranda do Douro que foi aberto concurso, mas, as propostas apresentadas não eram coerentes, ou os valores eram muito elevadas, ou anormalmente muito baixas, pelo que não foi adjudicada a obra. --

No que respeita à educação respondeu que, o projeto previsto para a educação, o PIICIE, vai ser implementado neste concelho e está a ser feito o regulamento para a atribuição de bolsas de estudo. -----

3. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES REALIZADAS A 29 DE JUNHO, E A 03 DE SETEMBRO DE 2018. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Mário Torrão, e António Carção. -----

O **Deputado Mário Torrão** cumprimentou todos os que se encontravam presentes. Prosseguindo, referiu que, discorda da forma como a ata n.º 3/2018,

GA

Sessão de 21 de setembro de 2018

da sessão realizada a 29 de junho, foi redigida, porque, em sua opinião a ata não retrata corretamente o que se passou na referida sessão, no que toca às intervenções por ele apresentadas, assim como, as respostas dadas às intervenções por ele feitas. Afirmou que, parte delas foram omitidas ou alteradas, descontextualizando o conteúdo da ata em questão, colocando numa situação ridícula os intervenientes. Referiu que, concretamente, numa resposta à sua primeira intervenção foi acusado de má fé na apresentação de um dos pontos e na sua intervenção imediata refutou tal acusação tendo justificado o porquê. Explicou que, para quem esteve presente assistiu ao que foi dito, mas, uma vez as atas serem disponibilizadas no site da Câmara Municipal são lidas por muitas pessoas que não estiveram presentes na sessão e ficarão com uma impressão muito diferente do que se passou na realidade, chegando mesmo a atingir uma situação ridícula. -----

Especificou o que se passou da seguinte forma: na primeira resposta à sua primeira intervenção foi acusado de má fé, ao responder ele à acusação defendeu-se, no entanto na ata foi omitida a parte em que foi acusado de má fé. E assim, quem ler a ata fica com a impressão de que se defendeu daquilo que não tinha sido acusado. -----

Declarou que, quer acreditar que tal terá acontecido de forma involuntária e que são coisas que acontecem, porque já no anterior mandato ele fez uma intervenção mais ou menos semelhante e aconteceu a mesma coisa, e que se estas coisas se repetem ou se se verifica alguma voluntariedade em que isto aconteça, se verá obrigado a partir para outro tipo de raciocínio, e pensar que se está perante uma possível falsificação de documento, o que extrapola o âmbito desta Assembleia obrigando a ir em busca da verdade noutro lugar. -----

Por último, apelou para que as transcrições das atas sejam realmente fidedignas àquilo que está nas gravações. -----

Pelos factos que apontou votaria contra a aprovação da ata n.º 3/2018. ---

O **Deputado António Carção** referiu relativamente à redação das atas, que lhe parecem bem elaboradas, constata que se nota a preocupação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ou da Secretária que as redige, que as

mesmas sejam bem redigidas, pelo menos é o que tem constatado nas suas intervenções e nas respostas que lhe têm sido dadas. Também constatou que se tem feito constar nas atas o essencial em detrimento do acessório, e apresentou as suas felicitações pelo facto. No entanto, considera que, quando o que devia constar nem sempre consta quem lê fica com uma ideia adversa ao que realmente se passou, e nesse caso em particular concordou com o Deputado Mário Torrão. -----

A título exemplificativo referiu que, quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal em relação a uma proposta por ele apresentada este se refugiou no programa eleitoral das últimas eleições, dizendo que se reportava ao seu programa eleitoral, referindo que, tem toda a legitimidade de recorrer ao programa eleitoral sempre que o entenda, e que gostaria que tivesse ficado escrito em ata. -----

Acrescentou que, fez um desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e nem sequer consta em ata nenhuma resposta por ele dada, ignorando a sua proposta. -----

Declarou relativamente às atas que, é necessário ter o sentido da responsabilidade e expurgar as coisas menos positivas que possam ter surgido nas sessões, mas, quando seja feita a seleção de factos que sejam selecionados os essenciais devendo ter o cuidado de fazer constar o que se passa para não os desvirtuar, de modo a que quem leia as atas não fique com uma ideia errada a respeito do que aconteceu. -----

O Presidente da Assembleia Municipal apresentou algumas considerações em relação à questão das atas, explicou como são elaboradas.

Expôs que, a elaboração das atas baseia-se, fundamentalmente, nos apontamentos que a secretária destacada pela Câmara Municipal tira, e nas gravações efetuadas durante as sessões. Sabendo que, algumas das intervenções oralmente apresentadas podem, por motivos técnicos, ou a não utilização do micro, não ficar gravadas. Com base nestes dois elementos fundamentais, que são as fontes, a secretária elabora a ata, e em seguida essa ata é-lhe remetida para retificação, sem embargo, este, não vai verificar às fontes, porque não estão em sua posse. -----

Quanto à intervenção do deputado Mário Torrão expressou que, talvez o deputado não tenha utilizado os termos mais adequados, concretamente, o adjetivo “ridículo”. -----

Mencionou que, seu falecido irmão, escritor e poeta, Amadeu Ferreira, costumava dizer que os adjetivos são “pornográficos”. Pelo que, por esta ordem de ideias, que subscreve, quantos mais adjetivos as atas contenham mais “pornográficas” são. E no que respeita a atas, lembrou que, a ata perfeita não existe, sobretudo e atendendo ao que os deputados Mário Torrão e António Carção disseram, e que, as pessoas ao lerem as atas vão criar a sua própria opinião, e disso não passa, apenas uma opinião. -----

Neste contexto, garantiu que não há intenção absolutamente nenhuma de cortar factos da ata, de acrescentar factos à ata, de falsificar documentos, conforme disse o deputado Mário Torrão, não existe nenhuma dessas intenções. E mais uma vez sublinhou que, não existem atas perfeitas, garantindo que, nem ele próprio, nem a secretária destacada para lavrar as atas têm intenção de danar ou de censurar as atas, aceitando-se, de bom grado, recomendações por parte dos membros desta Assembleia Municipal. -----

Transmitiu que, em sua opinião, o Deputado Mário Torrão terá tido uma postura pouco correta ao manifestar a vontade de votar contra a ata sem antes propor a correção ou alteração à ata para posteriormente, depois de corrigida, poder votar a favor. -----

O **Deputado Mário Torrão** solicitou novamente o uso da palavra, tendo o Presidente da Assembleia Municipal consentido, disse que, as alterações à ata eram muito significativas e algumas só se podendo confirmar com a audição da gravação, pelo que, não solicitou a alteração da ata, mantendo a intenção do seu voto contra. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, terminadas as intervenções colocou a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada por maioria dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo, com o voto contra do deputado Mário Torrão. -----

Posta a votação a ata da sessão realizada no dia três de setembro de dois mil e dezoito foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

Dando continuidade à sessão, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte. -----

4. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO - NOTA TÉCNICA DA DISCUSSÃO PÚBLICA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se verificando nenhuma inscrição, foi este assunto posto a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, a alteração ao Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro. -----

5. EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE DO EMPREENDIMENTO - CENTRO DE VALORIZAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RAÇAS AUTÓCTONES. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado Antero Besteiro. -----

Antes de dar lugar ao período de intervenções, dos deputados desta Assembleia Municipal, passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para prestar esclarecimento a respeito deste assunto. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** cumprimentou os membros presentes e aproveitou para cumprimentar em particular e dar as boas vindas à deputada Aida Ribeiro. -----

Continuando referiu que, este projeto do Centro de Valorização e Melhoramento das Raças Autóctones, se trata de um projeto inovador não só neste Concelho, como no norte do país, e até do país. Informou que o empreendimento será sediado na localidade de Malhadas, o projeto já se encontra elaborado e já foi feita e submetida a candidatura, também já tem a aprovação e o parecer favorável da Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Informou que já foi solicitado parecer à REN, à semelhança do que é solicitado em outros processos de âmbito pecuário. -----

Mencionou que, é um projeto diferenciador que deixará a marca Miranda do Douro não só em todo o país, mas também na Península Ibérica, perante as necessidades das Associações das Raças Autóctones. Comunicou que, apenas existem duas no país, uma delas encontra-se em Santarém, trata-se da Estação Zootécnica de Santarém, e outro no Alentejo, que é o Centro Experimental da Abóboda. -----

Continuou dizendo que este projeto prevê um laboratório experimental, centros de quarentena de topo, e que será uma referência. -----

O **Deputado Antero Besteiro** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão, em especial a deputada Aida Ribeiro, felicitando-a pela sua tomada de posse. -----

Prosseguindo a sua intervenção, dirigiu-se à Vereadora Anabela Torrão perguntando se o lameiro regional existente junto da zona de implantação do projeto, antigo edifício do centro de formação de Malhadas, uma área de 14 hectares, tem estado a ser tratado. -----

Disse que, teve conhecimento de que neste empreendimento será construído um ovil, para pequenos ruminantes, e perguntou se vai ser construído um estábulo para grandes ruminantes, ao que a Vereadora Anabela Torrão respondeu negativamente. -----

Prosseguiu dizendo que, os grandes ruminantes também são uma raça autóctone, e perguntou onde ficam instalados, pois também são uma raça autóctone, assim como, os suínos de raça bisara, que considera, devem ser enquadrados neste quadro das raças autóctones. -----

Congratulou-se pelo projeto a implementar, dizendo que todos os membros desta Assembleia Municipal se deviam congratular com este projeto, pois é uma forma de preservar as nossas raças autóctones, que, em sua opinião não são apenas nossas, deste concelho, mas também nacionais, e até mundiais.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para apresentar mais alguns considerandos. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** disse que, as questões colocadas pelo Deputado Antero Besteiro fazem todo o sentido, e que, também ele, um profissional daquela área muito tem contribuído para esta questão das raças

CF
A

autóctones locais. Referiu que, faz muito gosto em apresentar este projeto por se tratar de um projeto muito interessante. Aproveitou para agradecer e louvar os técnicos da Câmara Municipal pela elaboração do projeto de arquitetura. -----

Mencionou que, tinham visitado diversos centros que existem em Espanha e em Portugal, dizendo que existem dois em Espanha e dois em Portugal, deste género, e que de facto no país nenhum contempla centros e recursos de genética. Explicou que, este projeto foi elaborado por um grupo de trabalho, nomeadamente, do Município de Miranda do Douro, da Direção Geral de Veterinária, o Instituto Nacional de Veterinária, as Associações de Criadores das Raças Autóctones, a fim de melhorar o projeto tendo em conta as necessidades das Associações de modo a prestar um excelente serviço. -----

Acrescentou que, além do laboratório também estão previstos estábulos de quarentena, para os animais que venham dos diversos pontos do país, e se assim entenderem, também poderão vir de Espanha. -----

Disse que, depois do projeto implementado será feita a recolha de material e serão vendidos serviços. -----

Recordou que, a maior parte das Associações do país, dessa área, está a trabalhar com laboratórios espanhóis, aceitando o Estado Português os resultados dessas análises, pelo facto de não existir resposta suficiente por parte dos laboratórios portugueses. Referiu que, se trata de um projeto determinante e diferenciador que vai valorizar ainda mais as nossas raças autóctones. Referiu que existirá um centro de recolha de sémen para pequenos ruminantes, terá também, um banco de germoplasma para todas as raças existentes no país. Agradeceu o interesse e o empenho do Secretário de Estado da Agricultura, assim como, do Ministério, pela delegação de técnicos, por reconhecerem a necessidade que existe, em todo o país, deste projeto. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém tinha dúvidas a respeito deste assunto, tendo pedido a palavra novamente o Deputado Antero Besteiro. -----

O **Deputado Antero Besteiro** perguntou à Vereadora Anabela Torrão onde se localizará o espaço de quarentena. -----

A Vereadora Anabela Torrão respondeu que se localizará por detrás do antigo Centro de Formação de Malhadas, e que as distâncias entre as instalações são as estabelecidas por lei, sendo erigido um edifício de raiz, que não vai ser instalado no espaço do lameiro. -----

Posto este assunto a votação foi deliberado, por unanimidade, mandar emitir declaração de reconhecimento de interesse do empreendimento “Centro de Valorização e Melhoramento das Raças Autóctones”. -----

6. TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2018. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Foi dado conhecimento, aos membros desta Assembleia Municipal, do teor do relatório de auditoria e acompanhamento a 30 de junho de 2018. -----

7. TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF REFERENTE AO 1.º SEMESTRE 2018 NO ÂMBITO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal do teor do relatório de acompanhamento da execução do PAF referente ao primeiro trimestre de 2018 no âmbito do plano de saneamento financeiro – programa de apoio à economia local. -----

8. APROVAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, A LIQUIDAR EM 2019. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado António Carção. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para elucidar a respeito deste assunto os presentes. -----

O Presidente da Câmara Municipal explicou relativamente ao imposto sobre imóveis que, o município de Miranda do Douro mantém as percentagens

CA

dos anos anteriores. Assim como, o que respeita à derrama para 2018, à taxa municipal de direitos de passagem, e à participação variável no IRS para 2019. -

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** disse, relativamente a este assunto e aos subsequentes, que a Câmara Municipal se prepara de novo para sobrecarregar os mirandeses com mais impostos, quando se apela aos sete ventos que a situação financeira da Câmara é muito boa, no que toca aos impostos mantém a mesma postura. Considera que devia ser proporcional, se por um lado, a situação financeira da Câmara Municipal melhorou, então os mirandeses deviam pagar menos impostos. Por outro lado, não tendo conhecimento de causa, sugeriu, caso a Câmara Municipal possa fazê-lo através de regulamento, aumentar o valor do IMI para as casas devolutas. Porque lhe parece incorreto que essas casas devolutas, cujos proprietários não querem vender, muitas vezes por capricho, estejam a descaracterizar as localidades deste Concelho. ----

Em relação à votação deste assunto absteve-se, dizendo que, embora a Câmara Municipal receba uma percentagem mínima sobre a taxa cobrada considera que algo mais poderia ser feito pela Câmara para evitar que assim seja. -----

Quanto aos demais impostos, exceto a derrama, afirmou que é radicalmente contra, porque no caso dos direitos de passagem, esse imposto é debitado às empresas e as empresas debitam aos munícipes. -----

Referiu que, o mesmo acontece com o IRS, explicando que 5% do valor a pagar de IRS às finanças por cada um dos munícipes residentes neste Concelho, reverte a favor da Câmara Municipal. E caso a Câmara assim entenda essa percentagem pode ser devolvida pelos serviços de finanças aos munícipes na sua totalidade, ou então uma percentagem inferior. -----

Lembrou que, a Câmara Municipal em 2009 recebia 2,5% desse imposto e eram devolvidos 2,5% aos munícipes, e naquela época a Câmara Municipal encontrava-se numa situação financeira difícil. Atualmente que a Câmara se encontra numa situação desafogada recebe a percentagem que lhe cabe desse imposto na sua totalidade, não devolvendo nada aos seus munícipes. -----

Posto a votação este assunto o Órgão Deliberativo deliberou, por maioria com uma abstenção, aprovar as taxas mínimas de IMI previstas, bem como, a redução da taxa de imposto a que alude o n.º 5, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a aplicar sobre prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, para vigorar em 2019, da seguinte forma: aos prédios rústicos será aplicada a taxa de 0,8%, não sujeita a qualquer tipo de intervalo, aos prédios urbanos será aplicada a taxa de 0,3%. -----

9. APROVAÇÃO DA DERRAMA, PARA VIGORAR EM 2018. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ---

O Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, aprovar a cobrança da derrama em 2018, aplicando as seguintes taxas: a) Normal = 1,5%; b) Reduzida = 0,0%, conferindo uma isenção de derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros); c) Aplicada a fórmula de repartição associada à derrama dos Centros Eletroprodutores – EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.. -----

10. APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, inscrevendo-se o deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** votou contra a aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2019 pelos motivos anteriormente invocados, porque, este imposto é debitado às empresas e as empresas debitam aos munícipes. -----

O Órgão Deliberativo deliberou, por maioria, aplicar o percentual de 0,25% de taxa municipal de direitos de passagem durante o ano de 2019, com o voto contra do deputado António Carção. -----

11. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** votou contra a aprovação da participação variável no IRS para o ano 2019 pelos motivos já mencionados, que caso a Câmara assim entenda essa percentagem pode ser devolvida pelos serviços de finanças aos munícipes na sua totalidade, ou então uma percentagem inferior. -

O Órgão Deliberativo deliberou, por maioria, manter a percentagem de 5% da participação variável no IRS para o ano de 2019, com o voto contra do deputado António Carção. -----

12. APROVAÇÃO DA 17.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018, QUE INCORPORA A 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, A 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, A 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E A 2.ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ---

Posto a votação este assunto foi aprovado, por maioria, com a abstenção do deputado António Carção. -----

13. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Antero Besteiro, e Orlando Vaqueiro. -----

O **Deputado Antero Besteiro** referiu que, na informação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal menciona uma série de obras realizadas, nomeadamente, a regularização de buracos com massa asfáltica na estrada municipal de Cicouro e São Martinho. -----

Transmitiu que, Miranda do Douro tem diversas ruas cujo piso se encontra cheio de buracos e que já precisam ser arrançadas. -----

Referiu-se à colocação de placas em caminhos rurais e lembrou que em sessões anteriores tinha apelado para que fossem colocadas placas de sinalização, nomeadamente, no Palancar a indicar direções indo para Constantim ou Cicouro. -----

Disse que, também solicitou ao Executivo Municipal em sessões da Assembleia anteriores que fosse recuperada a sinalização horizontal, concretamente, na via que se dá acesso à zona industrial de Miranda do Douro, entre outras vias. -----

Manifestou a sua satisfação pelo facto de ter sido refeita a passadeira junto à escola secundária de Miranda do Douro, pois, a que lá se encontrava anteriormente era demasiado elevada e provocava danos nas viaturas dos automobilistas mais descuidados. -----

Referindo-se ao Concurso de Raça Bovina Mirandesa disse que, na ata da sessão realizada a 29 de junho do corrente ano se encontra uma intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas onde refere que, o concurso referido devia realizar-se sempre no Concelho de Miranda do Douro. Parecendo-lhe que deve haver uma gafe nessa afirmação, porque o referido concurso é de facto realizado todos os anos neste concelho. Acrescentou que, talvez tenha querido dizer que o concurso nacional deveria ser também realizado em Miranda do Douro. -----

Aproveitou para cumprimentar e louvar os criadores da Raça Bovina Mirandesa, alertando para o facto de no concurso nacional realizado em Macedo de Cavaleiros apenas terem participado dois criadores. -----

Agradeceu ao Executivo Municipal pela organização e promoção do concurso nacional da Raça Asinina Mirandesa, aproveitando para agradecer ao Dr. Miguel Nóvoa e às pessoas que com ele trabalham o trabalho por eles desenvolvido em prol da defesa e preservação da raça do burro mirandês. -----

O Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro disse que, gostaria de deixar algumas chamadas de atenção ao Executivo Municipal a respeito de algumas questões. -----

A primeira questão prende-se com o facto de ele, há alguns dias atrás, ter sido abordado por alguns munícipes transmitindo-lhe que haveria excesso de zelo por parte de alguns funcionários da Câmara nas fiscalizações, nas aprovações dos projetos de reconstrução, e esse excesso de zelo traduz-se num redondo prejuízo para os munícipes e para o Concelho. -----

Disse que, todos concordarão que esta cidade, a par de outras, terá que ter uma vertente essencialmente turística, e dificulta-se a colocação de um toldo, de um logótipo, de uma esplanada, no centro histórico da cidade, e considera que essa não é forma de ajudar a promover o turismo. -----

Apelou ao Executivo Municipal para que sensibilize esses funcionários a serem um pouco mais conscienciosos e que recorram ao seu bom senso, de maneira a que as pessoas possam ter as suas esplanadas para acolher os turistas, disse que se calhar a Câmara deveria promover uma revisão do regulamento, pelo que se rege nestes casos, a fim de se poder alterar algumas práticas de forma a que de futuro as coisas funcionassem melhor. -----

Outra chamada de atenção em relação ao funcionário que tem a incumbência de reprovos os projetos, se bem que, por lei tenha o dever de aprova-los, e que segundo lhe consta é tão zeloso que se preocupa em olhar só para a parte má do projeto para ver onde pode ser reprovado. -----

Mais uma vez, apelou ao Executivo Municipal para que faça compreender ao funcionário que deve olhar para a parte boa dos projetos e inteirar-se de que quando há a intenção de investir num projeto valores de duzentos e trezentos mil euros, por parte de pessoas que querem recuperar casas no Concelho de Miranda do Douro, e pela pena aplicada por esse funcionário chega o projeto reprovado e o investidor desanima e vai investir para outro local do país, porque a Câmara apenas dificulta e complica em vez de ajudar. -----

Expressou que, com estas chamadas de atenção pretende sensibilizar o Executivo Municipal para que, este por sua vez, sensibilize os seus funcionários a não serem tão zelosos e a terem mais bom senso. -----

Outra questão apresentada, respeita à AEPGA e à Palombar, não sabendo se corresponde ou não à verdade, mas para o que foi alertado para o facto de que estas entidades têm uma propriedade arrendada no termo de Ifanes, na estrada que vai de Ifanes para Aldeia Nova, e já lá executaram algumas infraestruturas, e que essa propriedade servirá para pôr a céu aberto carcaças de animais asininos, para eventualmente, alimentarem aves de rapina com necrofilia. Está convicto de que isto necessitará de uma autorização da Câmara Municipal, de um parecer técnico do Parque do Douro Internacional e não seria

de mau tom consultarem a Assembleia de Freguesia de Ifanes/Paradela e a própria Junta de Freguesia, alertar a Câmara Municipal para que esteja atenta a estas situações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** quis deixar uma palavra de alerta no que respeita ao funcionamento e sobretudo à celeridade do funcionamento da Divisão de Obras Particulares, que por vezes de arrasta demasiado, e que alguns investidores podem sofrer por essa razão. -----

Transmitiu que, ele também tem vindo a receber, há bastante tempo a esta parte, um conjunto de queixas por parte de diversos munícipes. -----

Referiu que, já teve a oportunidade de falar com o Vice-Presidente da Câmara Municipal a respeito deste assunto e que corrobora com um conjunto de pessoas que já lhe falaram nesse aspeto e considera que, se devia tentar fazer com que essa Divisão de Obras Particulares, que embora aplicando as regras, dar mais celeridade aos procedimentos. E que, se assim considerarem que numa sessão desta Assembleia poderia ser tratado este assunto com os funcionários e colocar-lhe questões na própria sessão, a respeito dessas dúvidas. -----

Em seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões colocadas pelos intervenientes. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, cada assunto deve ser tratado no ponto respetivo da ordem de trabalhos e não aleatoriamente. -----

Portanto, determinados assuntos são muito importantes e requerem uma abordagem bastante profunda. -----

Quanto ao zelo, ou excesso de zelo por parte dos funcionários da Divisão onde são tratados assunto respeitantes às obras particulares, respondeu que, todos protegem o tipo de investimento que se pretende para o Concelho de Miranda do Douro. Referiu que, tem tido várias reuniões nesse âmbito, porque os requerentes metem o projeto e esquecem-se de que é necessário pedir pareceres externos que não dependem da Câmara Municipal. Pareceres esses que em determinados casos demoram anos a chegar, sendo um dos graves problemas que surgem nestes procedimentos o registo de propriedade, sendo a lei perentória nesta questão. -----

Sessão de 21 de setembro de 2018

Transmitiu que, muitas obras consideradas de escassa relevância urbanística nem sequer carecem de licença, no entanto existe a necessidade de fazer uma comunicação prévia aos serviços da Câmara Municipal e na posse desse documento podem dar início à obra automaticamente. Explicou que, o que acontece é que os construtores dizem aos seus clientes para não irem à Câmara, porque querem fazer a obra rapidamente. Consequentemente quando a fiscalização vai verificar não existe nenhum documento que mencione que a obra foi autorizada e daí partir para o procedimento previsto em diploma legal.

Comunicou que, no que respeita a construção, a primeira entidade a quem os munícipes se devem dirigir é aos respetivos serviços da Câmara Municipal e posteriormente, depois do projeto elaborado, caso seja necessário, é que tratam com o construtor da execução da obra. Disse que, se verifica falta de sensibilização da parte dos munícipes e começam o procedimento ao contrário. -----

Apelou aos Presidentes das Juntas de Freguesia para que sensibilizem os munícipes das respetivas localidades e lhes indiquem que devem dar início a esse tipo de procedimento destinado a construção na Câmara Municipal, porque as dificuldades surgem devido ao facto de estar a ser tudo feito ao contrário. -----

Disse que, é da responsabilidade da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia educar as pessoas, no que respeita a esta matéria, para que as coisas sejam feitas corretamente, sem deixar desvirtualizar as localidades deste concelho, preservando os nossos pequenos núcleos urbanos e facilitando a execução dos trabalhos. -----

Relativamente à questão colocada a respeito do alimentador em Ifanes respondeu que, estando a localidade de Ifanes inserida no Parque Natural do Douro Internacional, está a ser feita uma obra naquele espaço pelo ICNF, à qual ele se opôs numa reunião realizada em Freixo de Espada à Cinta, relativamente às intervenções por parte do ICNF em todo o Parque. Referiu que, se trata de um projeto aprovado pelo ICNF exclusivamente para o Parque do Douro Internacional. E nesse plano de investimentos está previsto um alimentador em Ifanes, que está georreferenciado e devidamente aprovado. E foi acordado com

GA

as associações depositarem lá os cadáveres dos animais. O que significa que está devidamente autorizado e devidamente proposto pelo ICNF. -----

Informou que, a Câmara Municipal já reclamou junto do Parque Natural do Douro Internacional manifestando discórdia em relação a essa situação. -----

Até porque, já existiram dois alimentadores neste concelho que foram retirados devido à questão da sanidade pública. -----

No entanto, o ICNF está a executar aquele equipamento sem nunca ter consultado a Câmara Municipal. -----

Em resposta ao Presidente da União de freguesias de Ifanes/Paradela disse que, se assim entender que faça chegar junto do ICNF o que se lhe aprover a respeito desta questão, assim como, dar conhecimento à Câmara Municipal dessa apreciação. -----

Informou que, já fez saber em diversas ocasiões a sua oposição em relação ao que está a ser feito no âmbito do programa de investimentos do ICNF e que sendo para fazer que deveria ser feito em colaboração com a Câmara Municipal, com o que o ICNF não concorda pretendendo fazê-lo autonomamente. -----

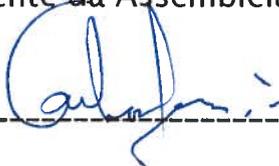
Expôs que, também se opôs em relação à recuperação e implantação de caminhos nas localidades deste concelho inseridas na área do Parque Natural do Douro Internacional e considera que tem que haver a colaboração de todas as juntas de freguesia nesta matéria para que haja mais força. -----

Informou, ainda a respeito do processo da descentralização que, também se encontra a discussão passar de contrato para programa, estando a ser revista a transferência de competências para as autarquias locais. -----

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal, tendo este prestado os esclarecimentos solicitados. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

